



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003059-37.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**  
 Embargante: **Deise Candito**  
 Embargado: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Deise Candito opôs embargos de terceiro contra a Fazenda Pública do Estado de São Paulo e Salute Produção e Comércio de Leite Ltda., pedindo o levantamento da construção que, nos autos da execução fiscal nº 0002386-08.2010.8.26.0566, recaiu sobre o GM / Montana Conquest, DIW-4661, sob o fundamento de que o veículo é de sua propriedade, tendo-o adquirido de boa-fé.

Os embargos foram recebidos com efeito suspensivo de determinação para que, até o julgamento, seja mantido o bloqueio de transferência, assim como para a exclusão de Salute Produção e Comércio de Leite Ltda do pólo passivo.

A fazenda estadual, em resposta, concordou com o pedido.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

O direito da embargante está comprovado pelos documentos que instruem a

**1003059-37.2017.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

inicial, tanto que a própria embargada concordou com a postulação.

Ante o exposto, acolho os embargos para determinar o desbloqueio do veículo em discussão nos autos, deixando de condenar a embargada nas verbas sucumbenciais, vez que, em atenção ao princípio da causalidade e ao disposto na Súm. 303 do STJ, não deu causa à constrição indevida, vez que formulou o pedido de penhora em momento no qual o automóvel estava em nome da executada.

P.I.

São Carlos, 17 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**